A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS CAMINHOS PARA A IGUALDADE

ALINE GOMES DA SILVA MACARINI

RESUMO

Este estudo explora o conceito de educação inclusiva e tem como objetivo investigar como as escolas no Brasil estão lidando com os desafios desse processo. Além disso, procura compreender como as diferenças são tratadas no ambiente escolar. A pesquisa busca analisar os obstáculos enfrentados pelas escolas na promoção da inclusão e avaliar como a inclusão pode criar um ambiente que valorize as diferenças. Também examina como o modelo de educação inclusiva pode contribuir para a transformação da sociedade. A pesquisa se baseia em fontes bibliográficas, incluindo referências relevantes. A inclusão escolar tem sido um tema recorrente na educação brasileira, mas o processo de inclusão ainda está em andamento, com avanços e retrocessos ao longo da história. Devido à natureza questionadora e multifacetada desse tema, é importante promover discussões, avaliações e estudos adicionais. A inclusão escolar tem impulsionado reflexões sobre as diferenças como uma forma de combater a exclusão educacional e democratizar a educação. É um ponto de partida fundamental para garantir que o direito à educação seja verdadeiramente acessível a todos. No entanto, a implementação de um sistema educacional inclusivo não é simples e envolve diversos desafios. Requer investimentos, abertura à diversidade, escolas que ofereçam currículos flexíveis alinhados aos interesses dos alunos, acessibilidade em suas instalações e o desenvolvimento de metodologias pedagógicas que atendam às necessidades individuais. Dessa forma, todos terão oportunidades de aprender e se desenvolver juntos.

Palavras-chave: Ambiente Escolar; Inclusão; Promoção.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a Educação Inclusiva tem se tornado um tema recorrente. A discussão sobre inclusão na sociedade tem levado à reflexão sobre a exclusão histórica vivenciada por determinados grupos, alcançando também o âmbito educacional. Isso revela como as práticas de exclusão moldaram as instituições educacionais, que são responsáveis pela formação humana. Ao longo do tempo, ocorreram transformações que enfatizam a importância da Educação como um espaço para todos. Declarações, pactos e leis têm reforçado a ideia de que a educação é um direito garantido a todos. A Constituição Brasileira de 1988 reconhece a educação como um direito social e estabelece que é responsabilidade do Estado garantir e promover esse direito. As instituições educacionais têm a responsabilidade de contribuir para a formação social, cultural, cognitiva e científica de todos os indivíduos, independentemente de padrões preestabelecidos pela sociedade.

A construção de um sistema educacional inclusivo, que atenda às necessidades de estudantes com diferentes características, habilidades e ritmos de aprendizagem, está se tornando um novo paradigma. Nesse contexto, todos devem ter a oportunidade de aprender, se desenvolver e conviver socialmente. Independentemente de suas condições físicas, motoras, intelectuais, sensoriais, socioeconômicas, raciais, culturais, de gênero, crenças, orientação sexual ou estágio de desenvolvimento, todos os estudantes devem ser matriculados e acolhidos em instituições educacionais regulares. Levando em consideração o histórico de separação e exclusão no sistema educacional, é necessário discutir e enfrentar os desafios para a construção de um sistema integrador.

O conceito de inclusão só faz sentido quando contrastado com o oposto, a exclusão. A verdadeira inclusão implica em incorporar a diversidade em todas as esferas sociais e nas organizações públicas e privadas. Isso contribui para a democratização e igualdade, exigindo uma mudança na forma como encaramos as práticas discriminatórias, que são a base dos processos de exclusão.

INCLUSÃO X EXCLUSÃO

A educação enfrenta diversas dificuldades em várias áreas, como políticas governamentais, economia, gestão, ciências educacionais, entre outras. Agora, a busca pela inclusão no ensino superior desperta grande interesse, pois a universidade muitas vezes reproduz ou amplifica a segregação e as desigualdades sociais presentes em outras esferas da sociedade.

A educação inclusiva é considerada um movimento cujo objetivo é ampliar a perspectiva do sistema educacional, reconhecendo e valorizando a diversidade dos estudantes. Esse direito humano universal está refletido na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que na década de 1990 destacou a necessidade de políticas inclusivas para jovens e adultos, no ensino fundamental e médio.

Apesar desses acordos internacionais, ainda existem crianças e jovens que são privados de direitos humanos funda-

mentais (UNESCO, 2005). Da mesma forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que o propósito da educação é alcançar o pleno desenvolvimento de todas as pessoas. Portanto, a educação deve ser inclusiva, promovendo a reciprocidade e a paz (UNESCO, 2005). Assim, uma educação inclusiva deve incentivar o desenvolvimento equitativo, levando em consideração diferentes perspectivas e abordagens.

A amplitude do conceito de inclusão permite relacionar a educação com aspectos sociais, culturais e políticos, de forma a garantir acesso, permanência e resultados positivos para todos os jovens, com prioridade para aqueles em situação de risco ou vulnerabilidade. Nessa perspectiva, "a inclusão representa um impulso fundamental para avançar em direção à Educação para Todos e, portanto, deve ser concebida como uma política abrangente do Ministério da Educação e de outros ministérios, como saúde, assistência social ou economia" (UNESCO, 2007, p. 39).

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), em suas premissas, afirma que:

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já comprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos e, consequentemente, para toda a sociedade.

No Brasil, a inclusão educacional é um tema de grande importância, baseado em diretrizes filosófico-políticas e na legislação vigente. O Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução nº 02/2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Essas diretrizes reconhecem os estudantes surdos como parte do grupo que apresenta dificuldades de comunicação e sinalização diferentes dos demais estudantes, e que necessitam de linguagens e códigos adequados.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS OBJETIVOS

O objetivo da educação inclusiva é garantir o acesso universal de crianças e jovens a esse sistema, fortalecendo o Estado e incorporando a diversidade como um elemento valoroso nas relações e interações entre diferentes realidades e contextos. Para alcançar essa meta, é necessário o envolvimento de diversos atores sociais, como famílias, organizações voluntárias, universidades, empresas e organizações internacionais, em conjunto com o Ministério da Educação e as escolas.

A construção de um sistema educacional inclusivo e abrangente requer o reconhecimento e a valorização dos mecanismos, dispositivos e esforços intelectuais de várias entidades e documentos programáticos. É fundamental que esse sistema promova a compreensão dos direitos humanos e implemente mecanismos para protegê-los, capacitando as pessoas a exercerem esses direitos em suas vidas diárias.

No entanto, apesar dos esforços e discursos em prol da inclusão, ainda existem desafios a serem enfrentados. Relatórios apontam que há crianças sem acesso à educação formal em alguns países, e as desigualdades educacionais entre países ricos e pobres continuam a aumentar. Muitos jovens abandonam a escola sem adquirir as habilidades necessárias para se integrarem ao mercado de trabalho, e uma parcela significativa da população adulta enfrenta dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita.

No Brasil, a inclusão na educação ganhou respaldo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e a ratificação da Convenção da Guatemala em 2001, que proíbem qualquer forma de diferenciação, exclusão ou restrição com base na deficiência das pessoas. O acesso de alunos com deficiência às escolas regulares é garantido pela legislação, e a conduta excludente das escolas pode ter consequências legais, penais e administrativas.

No entanto, a implementação efetiva da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios, como equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica. O progresso tem sido lento, devido à resistência por parte das instituições e à falta de experiência com a diversidade. É necessário um trabalho contínuo para superar esses obstáculos e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem discriminação.

A inclusão educacional é um movimento global que envolve ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas. É fundamental promover o direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, independentemente de suas diferenças, em busca de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as

circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

A educação inclusiva enfrentou no passado o problema da segregação. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência, o que representa aproximadamente 15 milhões de brasileiros de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, o Ministério da Educação (MEC) começou a definir de forma mais precisa as diferentes categorias de deficiência, visando aprimorar as políticas públicas (BIAGGIO, 2009, p.21).

Na atualidade, os professores enfrentam um novo desafio no exercício de sua prática docente: o trabalho em equipe. Isso ocorre porque, mesmo que um professor individualmente possa criar uma sala de aula inclusiva, não é possível transformar toda uma instituição educacional em um ambiente inclusivo sem colaboração e articulação de toda a comunidade escolar, especialmente das famílias (DÍEZ, 2010, p. 21).

A inclusão não deve se restringir apenas ao contexto escolar, pois não é viável conceber uma escola inclusiva em uma sociedade que está permeada pela exclusão (Rodrigues, 2003, p. 9).

Segundo Alarcão (2003, p.88), é fundamental compreender que a inclusão não é um processo que se limita à educação, mas sim uma mudança social mais ampla que envolve toda a sociedade. É necessário promover a inclusão não apenas nas escolas, mas também em outros aspectos da vida, garantindo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade.

Em resumo, a educação inclusiva busca superar a segregação do passado e proporcionar oportunidades educacionais para todos, independentemente de suas diferenças e limitações. Isso requer um esforço coletivo, envolvendo professores, famílias, comunidade escolar e sociedade como um todo, para criar um ambiente inclusivo e igualitário.

As escolas, os professores, os políticos e os pais comecem a interrogar-se sobre este paradigma organizacional de incrível uniformidade e o paradigma de educação e aprendizagem que lhe está subjacente (...) se adequa à nova realidade caracterizada por: uma população escolar altamente heterogénea e massificada; acessibilidade da informação; exigência do conhecimento como bem social; requisitos da sociedade global relativamente aos saberes qualificados; necessidade de se explorarem as capacidades de trabalho individual e cooperativo para se transformar em conhecimento o saber que brota da assimilação das informações.

Portanto, percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, sendo assim, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que o aluno com autismo possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e significativo.

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Pessoas com Transtorno de Espectro Autista, por exemplo, não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.

De acordo com Mantoan (1997, p. 13):

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica com participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tem função muito importante, é da escola a maior parcela.

Portanto, deve sempre existir uma parceria entre escola e família, em prol da criança com alguma diversidade, como transtornos ou déficit de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral e significativo da mesma.

A INCLUSÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No que diz respeito à inclusão educacional no ensino superior, é evidente que as políticas públicas têm apresentado fragilidades nas últimas décadas. Muitas dessas políticas são voltadas para a compensação de desigualdades por meio de bolsas e outros benefícios, mas não abordam de forma efetiva a inclusão no ensino superior. Existe uma ambiguidade e falta de comprometimento em relação a esse nível de ensino. As universidades continuam a considerar o estudante universitário como alguém que já possui conhecimento e está familiarizado com os códigos culturais dominantes, o que é uma visão irrealista. Isso leva a discursos, linguagens, metodologias e didáticas que reproduzem desigualdades e efeitos paradoxais.

As universidades têm implementado medidas para lidar com a desigualdade e a dependência, como a ampliação da oferta de cursos, flexibilização dos critérios de admissão, concessão de bolsas e auxílios institucionais, tutoria e aconselhamento. No entanto, o aumento do acesso ao ensino superior não tem conseguido superar a desigualdade e promover uma maior diversidade cultural.

A inclusão, portanto, refere-se ao acesso universal de jovens que historicamente não tiveram oportunidades de ingressar no ensino superior. No entanto, embora pareça que essa questão esteja resolvida, a permanência desses jovens no ensino superior nem sempre é mediada por políticas e mecanismos que os ajudem a compreender os novos códigos e linguagens.

As práticas e estilos de ensino continuam a ser reproduzidos da mesma forma que encontramos nas gerações anteriores, havendo discriminação em relação a esses jovens em comparação com os estudantes de instituições públicas ou com formação prévia. Isso resulta em desespero e frustração para os jovens que ingressam no ensino superior em busca de novas oportunidades, mas acabam desistindo devido aos baixos retornos e às barreiras que encontram. Essa situação perpetua a desigualdade e impede a realização de sonhos.

A inclusão requer compromissos éticos tanto das instituições de ensino superior quanto do Ministério da Educação e dos indivíduos. Os jovens e suas famílias depositam sua confiança e esperança de mobilidade social na educação, mas muitas vezes ela está nas mãos do mercado. A universalização do ensino superior exige a regulamentação das universidades, a revisão dos currículos e a garantia de qualidade e relevância na gestão, por meio de políticas e dispositivos adequados.

O ingresso de jovens "diferentes" no ensino superior requer uma mudança nas discussões e uma educação que considere as diversidades sociais presentes nesse nível de ensino. É necessário reconhecer as transformações que estão ocorrendo nos espaços educacionais, bem como a emergência de novos atores sociais, o que implica em uma gestão renovada e objetivos diferentes. Os sistemas educacionais devem se adequar aos contextos e demandas culturais, proporcionando uma formação relevante e adequada, levando em consideração as diferenças e adotando metodologias de ensino e ritmos de estudo apropriados.

A educação deve ser baseada na não discriminação, na igualdade de acesso e na inclusão, considerando as diferenças como um apoio para a construção de sociedades mais justas e democráticas. Esse movimento tem sido impulsionado pelos próprios estudantes, que por meio de movimentos sociais têm levantado questões políticas no ensino superior.

A inclusão não pode ser reduzida apenas ao acesso, como enfatizado por documentos da UNESCO. É necessário considerar várias dimensões da inclusão, como fatores sociais, socioeconômicos, realidade familiar, crenças e expectativas dos alunos. Além disso, é preciso abordar questões relacionadas a barreiras econômicas, acesso à informação, capital social e cultural, redes de apoio e mercado de trabalho. Do ponto de vista educacional, é importante considerar a trajetória dos alunos desde a pré-escola até o ensino médio, bem como os desafios de admissão, retenção e formação pontual.

Tendo em vista a complexidade dessas questões, é necessário um esforço conjunto de todas as partes interessadas, incluindo governos, instituições de ensino superior, professores, estudantes e comunidades, para promover uma inclusão efetiva no ensino superior. Isso envolve a criação de políticas e programas que abordem as barreiras existentes, como a falta de recursos financeiros, a falta de preparação acadêmica e as desigualdades sociais.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino superior adotem práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa de todos os estudantes. Isso pode incluir a adaptação de métodos de ensino, a oferta de suporte acadêmico e emocional, a criação de espaços seguros e inclusivos e a promoção do diálogo intercultural.

A inclusão no ensino superior também requer um investimento significativo em educação básica de qualidade, para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que os prepare adequadamente para o ensino superior. Isso envolve a melhoria da infraestrutura escolar, a formação de professores e a promoção de oportunidades de aprendizagem equitativas em todas as etapas da educação.

É importante ressaltar que a inclusão no ensino superior não se limita apenas ao acesso, mas também à permanência e ao sucesso dos estudantes. Portanto, é necessário fornecer apoio contínuo aos estudantes durante sua trajetória acadêmica, por meio de programas de tutoria, aconselhamento acadêmico e profissional, assistência financeira e outras formas de suporte.

Em resumo, a inclusão no ensino superior é um desafio complexo que requer ações coletivas e abordagens multidimensionais. É fundamental que governos, instituições de ensino superior e demais partes interessadas trabalhem juntas para superar as barreiras existentes e promover uma educação superior inclusiva, equitativa e de

qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para promover uma inclusão educacional e social efetiva, é necessário que as escolas desenvolvam planos de ação abrangentes, nos quais todos os elementos convergem e sejam alocados recursos para uma política de inclusão integral. Essa política deve ser apoiada pelas políticas públicas de educação.

É importante também problematizar a noção de inclusão em diferentes disciplinas, pois muitas vezes ela se refere apenas a aspectos socioeconômicos. Isso permite a implementação de mecanismos e dispositivos de nivelamento ou ação afirmativa em um sistema social extremamente desigual. Nesse sentido, essa concepção e prática de inclusão são corretivas e hierárquicas, ou seja, têm o poder e o capital para incluir.

É necessário expandir os campos semânticos para nomear, compreender e abordar a categoria de inclusão a partir da lógica do pertencimento. Isso implica na implementação de políticas públicas sociais universais e justas, bem como na promoção de práticas culturais que valorizem a igualdade e o respeito à diversidade.

Além de desenvolver planos de ação abrangentes e alocar recursos adequados, a promoção da inclusão educacional e social requer uma mudança fundamental na mentalidade e nas práticas das escolas. É essencial que as instituições de ensino adotem uma abordagem holística, na qual a inclusão seja considerada um objetivo fundamental em todas as dimensões do ambiente escolar.

Isso implica em criar uma cultura inclusiva, na qual todos os membros da comunidade escolar se sintam valorizados, respeitados e incluídos. Os educadores desempenham um papel crucial nesse processo, pois são responsáveis por criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo, no qual cada aluno se sinta reconhecido em sua individualidade e tenha suas necessidades atendidas.

Além disso, é importante que as escolas reconheçam e valorizem a diversidade como um ativo. Isso significa ir além da mera aceitação da diferença e promover ativamente a valorização das múltiplas perspectivas, culturas e experiências presentes na comunidade escolar. Isso pode ser feito por meio da incorporação de conteúdos curriculares diversos, da celebração de datas e eventos importantes para diferentes grupos culturais e da promoção do diálogo intercultural.

No entanto, a inclusão educacional e social não deve se limitar apenas ao ambiente escolar. É necessário que haja uma articulação entre a escola, a família e a comunidade, de modo a criar uma rede de apoio abrangente para os alunos. Isso envolve o estabelecimento de parcerias com as famílias, organizações locais e instituições sociais, a fim de fornecer recursos e suporte adicional aos estudantes.

A inclusão educacional e social também requer um compromisso contínuo com a formação e capacitação dos professores. Os educadores devem estar preparados para atender às necessidades individuais de cada aluno, adaptando suas práticas pedagógicas, oferecendo suporte adicional quando necessário e promovendo estratégias de ensino inclusivas. Isso pode envolver o desenvolvimento de habilidades em educação inclusiva, aprendizado socioemocional e técnicas de ensino diferenciadas.

Portanto, a promoção da inclusão educacional e social requer uma abordagem abrangente e colaborativa, que envolva todos os atores envolvidos no processo educativo. A inclusão deve ser considerada um valor central, permeando todos os aspectos da educação, e requer o compromisso de criar ambientes acolhedores, valorizar a diversidade, enfrentar desigualdades estruturais e fornecer suporte contínuo aos alunos. Somente assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 25 jan.2024.

BRASIL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA. A fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Política para Educação Especial. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 15 set.2022.

_____.Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. BRASIL, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em 20 jan.2024.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os

mesmo caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

FORTUNATO, M. (2006). Representações dos professores na inclusão de crianças com autismo no 1º CEB. Tese de mestrado. Universidade católica Portuguesa: Faculdade de Ciências Sociais.

MANTOAN, Maria T. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo: Memnon, 1997.

SANTOS, Mônica Pereira. Inclusão e as relações entre a família e a escola. Espaço Aberto. INES, Rio de Janeiro, junho 1999. p. 40-47.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. O deficiente entra na escola, elementos para um trabalho pedagógico, São Paulo: 1989.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e quadro de ação para necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO.

UNESCO. (2005). Relatório Mundial: Rumo às Sociedades do Conhecimento. Paris: Unesco.